O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.12615346

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

UMA ANÁLISE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO MILITARIZADA: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

Lessandro Antônio De Freitas[1]

Maria Inês Martins[2]

Paola Gabriela da Costa Arantes[3]

Resumo

Este texto trata-se de estudo sobre a política de militarização de escolas públicas no Brasil. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar, instituído em 2019 e revogado em 2023, continua em implementação no país, por acordos, sobretudo de âmbito estadual. O Programa visa implementar um modelo de gestão compartilhada com militares nas escolas públicas civis de educação básica. A pesquisa objetivou mapear artigos científicos acerca de escolas militarizadas/cívico-militares no período de 1999 a 2024, visando traçar um panorama sobre a discussão da educação militarizada na literatura. A metodologia adotada foi a Revisão Sistemática da Literatura seguida da análise de conteúdo de Bardin. Dos 129 textos encontrados, 56 foram incluídos no estudo após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. A tabulação sobre os artigos selecionados foi disponibilizada no Mendeley Data e incluiu dados extraídos dos textos (título, autoria, revista, lupa teórica, metodologia), outras informações obtidas (Qualis da revista, índices de citação, links de validação), bem como a sua consolidação analítica, a qual incorporou 8 categorias, materializadas, a partir de clusters temáticos. A pesquisa constatou carência de trabalhos que discutem a temática, poucos posicionamentos favoráveis à política de militarização da educação básica, críticas ao processo de ensino e aprendizagem e possível controle social, além de questionamentos sobre a legalidade dessas escolas frente a constituição federal de 1988.

Palavras-chave: Escolas Cívico-Militares; Escola Militarizada; Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar.

Abstract

This is a study on the policy of militarization of public schools in Brazil. The National Civic-Military Schools Program, established in 2019 and revoked in 2023, continues to be implemented in the country through agreements, mainly at the state level. The Program aims to implement a shared management model with the military in civilian public basic education schools. The research aimed to map scientific articles about militarized/civic-military schools from 1999 to 2024, aiming to provide an overview of the discussion of militarized education in literature. The methodology adopted was the Systematic Literature Review followed by Bardin's content analysis. Of the 129 texts found, 56 were included in the study after applying the inclusion and exclusion criteria. The tabulation of the selected articles was made available in Mendeley Data and included data extracted from the texts (title, authorship, magazine, theoretical magnifying glass, methodology), other information obtained (Qualis of the journal, citation indexes, validation links), as well as its analytical consolidation, which incorporated 8 categories, materialized from thematic clusters. The research found a lack of works that discuss the topic, few positions in favor of the policy of militarization of basic education, criticism of the teaching and learning process and possible social control, and questions about the legality of these schools in light of the 1988 federal constitution.

Keywords: Civic-Military Schools; Militarized Schools; National Program of Civic-Military Schools.

[1] Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: lessandro.freitas@sga.pucminas.br

[2] Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: ines@pucminas.br

[3] Especialista em Gestão de Pessoas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: paolagabriela@pucminas.br

INTRODUÇÃO

Nesta introdução, apresenta-se a agenda da pesquisa, incorporando o tema, a justificativa, os objetivos, a metodologia e a caracterização das seções que compõem o artigo. O tema da pesquisa é a política de militarização das escolas públicas de Educação Básica. O programa de militarização de escolas públicas tem alguns expoentes em sua implantação, com destaque para o Estado de Goiás que implementou essa política no final da década de 1990. Apesar da longevidade dessa política educacional e de sua expansão para outros estados, pouco se discutiu a respeito, até que surgiu em 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar (PECIM). O PECIM foi instituído em 2019 e revogado em 2023, mas continua em implementação no país, através de acordos, em âmbito municipal e estadual. O Programa visa implementar um modelo de gestão compartilhada com militares nas escolas públicas civis de educação básica, privilegiando as unidades escolares com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e localizadas em regiões socialmente vulneráveis. O compartilhamento da gestão pressupõe uma divisão de atribuições, com funcionários civis responsáveis por ações voltadas aos professores, atos administrativos e questões pedagógicas e, funcionários militares responsáveis por aspectos relacionados à infraestrutura, segurança, disciplina e atividades cívico-militares.

A pesquisa se justifica, na medida em que estudos sobre políticas educacionais para a educação básica assumem posições centrais na pauta das pesquisas no campo da educação. Evidenciar as propostas e suas intenções, bem como inferir os resultados é um exercício de pesquisa fundamental para as direções que as escolas públicas devem seguir. Assim, é fundamental desvelar as intenções propostas no Programa de militarização de escolas públicas civis. Como esse projeto de educação ganha evidência em 2019, ao se tornar uma política pública federal para as escolas de educação básica, reforça-se a tese de que é preciso produzir conhecimento sobre essa pauta. Deste modo, torna-se imprescindível compreender como esse processo educativo impacta a rede de educação básica, quais suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, baseado em quais experiências essa proposta é estendida para escolas públicas civis, quais os resultados esperados e de fato quais os resultados e apontamentos sobre esse modelo de educação.

O objetivo desta pesquisa foi mapear publicações, em artigos de Revistas, acerca de escolas militarizadas/cívico-militares no período de 1999 a 2024. A intenção foi traçar um panorama geral de como a temática é discutida na literatura, identificando os aspectos debatidos, os posicionamentos em relação ao modelo e a forma como as pesquisas interpretam essa política educacional.

A metodologia adotada foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) consubstanciada em etapas e Costa e Zoltowski (2014) fundamenta na perspectiva do Preferred Reporting Items for Systematic

Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), seguida da análise de conteúdo de Bardin (2011). O período temporal das publicações foi estabelecido (1999 a 2024) em virtude da criação desse modelo em 1999 no estado de Goiás, até os dias atuais, pois o modelo não se encerra com a revogação em âmbito nacional do Programa, pois os acordos continuam sendo possíveis e realizados, sobretudo em âmbito estadual.

O texto se organiza, a partir dessa introdução, no referencial teórico sobre a educação militarizada, o qual considera a legislação educacional e, sobretudo as referências mais citadas sobre a temática. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos, com o detalhamento dos protocolos adotados e da tabulação e análise dos dados e informações obtidas. Em sequência são apresentados os resultados e a sua discussão em seções específicas. Por fim, destacam-se as conclusões do estudo, apontando possibilidades de aprofundamentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

No estado de Goiás, a política de escola militarizada foi concebida e implementada, em 1999, com a transferência da gestão da Escola Estadual de 1° grau Vasco dos Reis para a Polícia Militar. Goiás destaca-se neste contexto por ser pioneiro e referência na implementação desse modelo, configurando-se, em 2019, como o estado com o maior número de escolas militarizadas no Brasil, com 60 unidades de educação básica com processo de militarização autorizado por lei. O modelo difundiu-se na educação básica em diversos estados brasileiros, com destaque para Goiás, Minas Gerais, Paraná e o Distrito Federal (SANTOS, 2016; MENDONÇA, 2019a, 2019b; XIMENES; STUCHI; MOREIRA, 2019).

A ascensão da militarização nas escolas públicas tornou-se um fenômeno notável em 2019, impulsionada pelo Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019), o qual estabeleceu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), que propõe um modelo educacional baseado na cogestão escolar com militares. Para Mendonça (2019b):

> Com a iniciativa do Governo Federal de criação do Pecim, a proposta de colégios militares nas capitais fica alterada para seguir o modelo das iniciativas de governos estaduais, que vêm se alastrando país afora, de militarizar escolas públicas, entregando a gestão às respectivas corporações de polícias militares e, em alguns casos, também de bombeiros militares (MENDONÇA, 2019b, p. 624).

Para atender às propostas de implementação do PECIM, o Ministério da Educação (MEC) cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, com o objetivo de implementar 27 escolas

militarizadas anualmente, até o final de 2023. A secretaria de educação básica do MEC, assume a responsabilidade de implementação do PECIM, tendo como referência os colégios militares para o organograma administrativo, educacional e didático-pedagógico. Ximenes, Stuchi e Moreira (2019) apontam que as práticas dos colégios militares são trazidas para as diferentes redes de educação pública:

> Partindo da premissa de que os colégios militares são mais eficientes e possuem melhores indicadores de qualidade (especialmente o IDEB), e considerando a necessidade de uniformização dos modelos existentes, o MEC estuda a normatização do modelo e a certificação das escolas que o aplicarem na sua integridade. O detalhamento dos requisitos para essa certificação ainda não foi apresentado, porém já se sabe que a participação militar estará pautada na presença dos militares na escola, atuando na função de tutoria (junto aos profissionais) e monitoria (junto aos alunos), com o objetivo de fortalecimento da gestão das escolas (XIMENES; STUCHI; MOREIRA, 2019, p. 615).

O modelo propõe a militarização de escolas em localidades socialmente vulneráveis e que registram baixo desempenho em avaliações de grande escala (RÊSES; PAULO, 2019). Ximenes, Stuchi e Moreira (2019, p. 622) coadunam os argumentos centrais para justificar a inserção do programa, pois "[...] a transformação das escolas civis em cívico-militares tem sido justificada como medida para: i) atenuar altos índices de violência em áreas de periferia; ii) melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas".

Nesse contexto, ao discutir a questão da militarização de escolas públicas, é fundamental distinguir escolas militarizadas/escolas cívico-militares de colégios militares/escolas militares. As escolas militarizada/cívico militar, refere-se a escolas públicas regulares, submetidas às secretarias de educação estadual ou municipal e orientadas por normas do MEC, com gestão compartilhada com militares, normalmente a polícia militar e o corpo de bombeiros. Os colégios militares/escolas militares estão vinculados à secretaria de segurança e às forças armadas (Marinha, Exército, Aeronáutica), bem como à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros. Tais escolas nascem militares, são delineadas para filhos ou dependentes de militares, sendo as vagas remanescentes, caso existam, ofertadas aos demais estudantes de escolas civis por meio de processo seletivo (SANTOS; ALVES, 2020).

Partindo das experiências exitosas dos colégios militares, a militarização das escolas públicas de um lado cresce e ganha adeptos em estados e municípios em diversas regiões do país, mas, de outro lado observa-se um cenário de contestação política contra esse processo maciço de militarização. Martins (2018) pondera que a relação que demarca a implementação desse modelo de escola é caracterizada por propostas autoritárias, contrariando a lógica da gestão escolar e mudando a dinâmica social das escolas. Para Pinheiro, Pereira e Sabino (2019, p. 679), o modelo de colégio militar não deve ser considerado como padrão para aprimoramento do desempenho acadêmico através da militarização das escolas

públicas, conforme observado a maioria "[...] das escolas públicas adota o acesso amplo (sem provas para inclusão) e têm seu quadro composto por estudantes cujo nível socioeconômico é médio, nos treze colégios militares do exército, o nível socioeconômico é considerado muito elevado".

Nesse cenário de contestação da política de militarização das escolas públicas, Mendonça (2019b) aponta que a expansão é demarcada por relações conflituosas, com graves apontamentos para aspectos que ferem a gestão democrática das escolas públicas não militares, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pois as militarizações apresentam propostas pautadas em processos rígidos de hierarquia e disciplina.

Santos (2021) aponta que a militarização afeta diferentes áreas do processo educacional, desde a organização curricular, com a inclusão de disciplinas como civismo, educação moral e cívica e ordem unida. O processo altera também a cultura escolar, por trazer no seu arcabouço novas práticas e novos códigos de conduta, tendo em vista que esse modelo estabelece rotinas diárias aos alunos, além de criar sistema de premiações para os que se destacam. A autora conclui como complexo o processo de implementação de políticas de militarização na rede pública de educação e destaca problemas potenciais que podem advir da militarização:

> A análise das normativas da escola leva a um conjunto de questionamentos e alguns apontamentos. A militarização das escolas desfigura a instituição escolar como espaço de formação, bem como seus objetivos formativos, e leva à negação de princípios, como: Liberdade de aprender, ensinar, quando os estudantes são submetidos não só às normas rígidas e hierárquicas, mas também obrigados a seguir não preceitos humanos universais, mas sim do militarismo; Gestão democrática do ensino público, quando substitui as relações horizontais pela hierarquia e a obediência próprias do meio militar; A diversidade étnico-racial, quando impõem a uniformização de vestimentas, cortes de cabelo, comportamentos e imposição da cultura militar, provocando a homogeneização e negação dos sujeitos (SANTOS, 2021, p. 16-17).

A política federal de militarização de escolas públicas aprovada pelo decreto nº /2019 (BRASIL, 2019) foi revogada em julho de 2023, pelo decreto nº 11.611/2023 (BRASIL, 2023). Entretanto, a revogação do PECIM não significou o fim da militarização das escolas públicas brasileiras, tendo apenas impactado a velocidade de seu crescimento, pois, com base em leis específicas, os estados têm a autoridade para criar e implementar suas próprias políticas de militarização da educação básica. Diante desse cenário de crescente militarização da rede pública de ensino, e considerando possíveis desafios - pedagógicos, disciplinares, culturais e de desconexão entre os colégios militares, usados como referência para a implementação da política, e as escolas cívico-militares - torna-se essencial mapear e diagnosticar como a literatura compreende a militarização das escolas públicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo adotou a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) como método de pesquisa para melhor avaliar o panorama da produção científica sobre a escolas militar e cívico-militares. No contexto da escrita de uma RSL, Felizardo *et al*. (2017, p. 3) explicam que este tipo de revisão "[...] tem como objetivo identificar, analisar e interpretar as evidências disponíveis relacionadas com um particular tópico de pesquisa ou fenômeno de interesse", assim sendo um dos principais meios para compreender e evidenciar um tema de pesquisa.

Conforme Costa e Zoltowski (2014), essa técnica se destaca por permitir a obtenção de volumes significativos de dados, além de rastrear os estudos do campo em análise de maneira aprofundada. Afinal:

> Seria possível simplesmente consultar livros-texto ou bases eletrônicas de dados que permitem que milhares de artigos sejam pesquisados em um período de tempo relativamente curto. No entanto, essa forma tradicional de revisão organiza o material de acordo com a perspectiva dos autores. Ao fazer uma revisão assim, corremos o risco de que a busca fique enviesada, já que, como autores, temos a tendência de supervalorizar estudos que estejam de acordo com nossas hipóteses iniciais e ignorar estudos que apontem para outras perspectivas. Nesse sentido, a revisão sistemática é um método que minimiza esse viés (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014, p. 56).

Para responder à questão central que norteou esta pesquisa: "o que a literatura está produzindo, em artigos sobre escolas militarizadas/cívico-militares?", foram consideradas a orientação de Costa e Zoltowski (2014) e com o apoio da "[...] abordagem *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), a qual possibilita uma descrição mais acurada dos dados coletados e do processo de seleção" (RABELO; NENES; SILVA JÚNIOR, 2024).

Para alcançar o objetivo proposto, as orientações de Costa e Zoltowski (2014) destacam oito etapas básicas que envolvem: i) a delimitação da questão do estudo; ii) a seleção de fontes de pesquisa, priorizando as de maior prestígio; iii) a definição de palavras-chave utilizadas nas buscas, sempre em relação com o tema e o objetivo da pesquisa; iv) a organização dos resultados, destacando a relação do tema pesquisado com a questão central que orienta o estudo com auxílio do software; v) a determinação dos critérios de inclusão e exclusão; vi) a seleção dos achados relevantes ao tema vii) a análise do material selecionado; viii) a apresentação dos resultados.

Nesta perspectiva, para melhor compreensão das etapas de elaboração, organizou-se no quadro 1- Protocolo estratégico, o registro dos aspectos de planejamento, condução e critérios adotados na busca e seleção dos estudos. Felizardo *et al*. (2017) apontam que o principal objetivo do protocolo é

reduzir vieses na pesquisa, definir as estratégias e critérios adotados, de forma que sejam compartilhados e interpretados por outros pesquisadores facilitando a reprodutibilidade.

Quadro 1 - Protocolo estratégico

Informações Gerais	
Descrição	Obter informações sobre o que já foi publicado em artigos sobre o tema, na finalidade de desvendar e analisar as principais contribuições sobre o assunto.
Objetivos	Aplicar a RSL para mapear publicações acerca de escolas militarizadas/cívico-militares.
Questão da Pesquisa	
Objetivo	Mapear publicações acerca de escolas militarizadas/cívico-militares no período de 1999 a 2024, com intenção de traçar um panorama geral de como a temática é discutida na literatura.
Identificação de estudos	
Palavras-chave e Descritores	"Escola Cívico-Militar", "Escola Militarizada", "Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares", "PECIM" e "Militarização de Escola Pública"
Strings de busca	- Portal de Periódicos da CAPES: "Escola* Cívico*Militar*" OR "Escola* militarizada" OR "Programa Nacional Da* Escola* Cívico*Militar*" OR "PECIM" OR "Militarização de escola pública" OR "Civic*Military* School*" OR "Civic*Military College*" OR "Militarized School*" OR "National Program of Civic*Military School*" OR "National Civic*Military Schoo* Program" OR "Militarization of public schools" - *Web of Science; Scopus* e *ERIC*: "PECIM" OR "Civic*Military* School*" OR "Civic*Military College*" OR "Militarized School*" OR "National Program of Civic*Military School*" OR "National Civic*Military Schoo* Program" OR "Militarization of public schools"
Critério de seleção das fontes de busca	Importantes fontes referenciais na temática da educação e multidisciplinar em âmbito nacional e internacional.
Lista de fontes de busca	Portal de Periódicos da CAPES; *ERIC* (Education Resources Information Center); *Scopus* (Editora Elsevier); *Web Of Science* (SciELO Citation Index).
Estratégia de busca	Uso dos operadores booleanos OR e AND e dos elementos de truncagem para formular a estratégia de busca. Os termos foram adaptados conforme idioma das Fontes e as buscas foram realizadas, coletadas e organizadas conjuntamente na mesma data (01-2024).
Seleção e avaliação de estudos	
Critério de inclusão e exclusão dos estudos	Inclusão: - Somente Artigos publicados em periódicos científicos; - Idiomas: Português, Inglês e Espanhol; - Acesso livre ao texto completo; - Recorte temporal de 1999 a 2024. Exclusão: - Pesquisas que não abordam especificamente o tema da pesquisa; - Referências em duplicidade; - Dissertações, monografias, teses, livros, ensaios, resenhas; - Temas relacionado a Escola Militar; - Publicações com acesso restrito pelo editor ou pagos.
Estratégia para seleção dos estudos	Armazenamento dos resultados no gerenciador bibliográfico EndNote. Triagem inicial para eliminar as referências duplicadas e textos não alinhados ao tema. Triagem definitiva realizando a Leitura na íntegra dos textos (PDF).
Avaliação da qualidade dos estudos	Conter estudos que abarquem os termos chaves ao assunto da pesquisa.
Síntese dos dados e apresentação dos resultados	
Estratégia de extração de dados	Análise e tabulação dos dados dos artigos selecionados: Fonte, Autor, Título, Revista, Ano, Qualis, Citações, Metodologia aplicada, clusters por e outros.
Estratégias de sumarização dos dados	Levantar inferências: evolução temporal do tema, aspectos metodológicos mais aderidos, teóricos mais adotados e outros.
Estratégia de publicação	Publicar os resultados alcançados para contribuir nos debates sobre o tema

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Page *et al*. (2021); Felizardo *et al*. (2017), Zucatto *et al*. (2023) e Rabelo, Nenes e Silva Júnior (2024).

Com base no exposto, considerando os respectivos itens do protocolo PRISMA 2020, as palavras-chave utilizadas e descritores para compilar o material incluíram: "Escola Cívico-Militar", "Escola Militarizada", "Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares", "PECIM" e "Militarização de Escola Pública".

Empreendemos a adequação dos termos de busca ao assunto da pesquisa, utilizando os operadores booleanos OR (ou) e AND (e), além dos elementos de truncagem para estabelecer a intersecção entre as sentenças pesquisadas com o propósito de garantir a amplitude de resultados nas buscas.

As fontes de pesquisa consultadas incluem a base específica de ciência educacional "*Education Resources Information Center* (*ERIC*)", e na temática multidisciplinar o Portal de Periódicos da CAPES, a *Scopus* e a *Web of Science* por consistirem em importantes bancos de dados referenciais entre os membros da comunidade científica nacional e internacional.

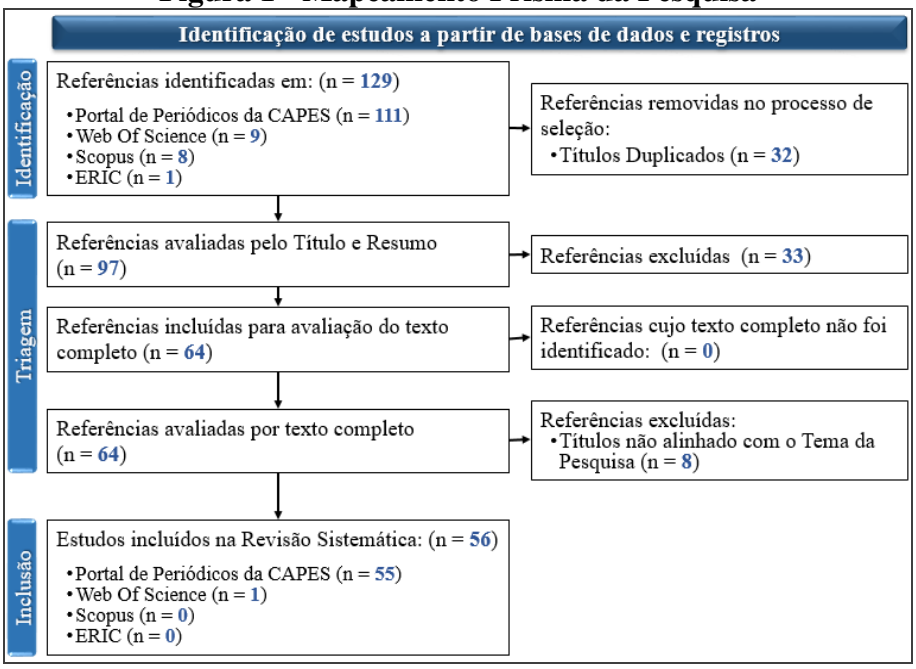
O conceito adotado foi mapear a produção identificando o panorama geral de como a temática é discutida na literatura. Para essa finalidade realizamos a pesquisa em janeiro de 2024, determinando para o melhor alcance da pesquisa com critério de inclusão: o tipo de documento, exclusivamente artigos científicos, compreendeu trabalhos nos idiomas inglês, português e espanhol, com um escopo temporal de 1999 a 2024, pois a primeira escola militarizada que surgiu no estado de Goiás (referência para esta política) remete a 1999, tal como aponta Santos (2016, p. 22) "[...] em 1999, o Estado goiano, por meio da Secretaria de Educação, concedeu à polícia a Escola Estadual de 1° grau Vasco dos Reis". Igualmente determinou-se como critérios de exclusão: pesquisas que abordam o tema "Escola Militar", sem estar alinhadas com os termos chaves deste estudo; referências em duplicidade; publicações em formato de dissertações, monografias, teses, livros, ensaios, resenhas e aquelas com o acesso restrito ou pago.

Nas bases de dados foram identificados 129 textos, sendo 111 no Portal de Periódicos da CAPES, 9 na *Web of Science*, 8 na *Scopus* e por fim, 1 na *ERIC*. Na figura -1 é possível identificar o processo de seleção dos trabalhos, bem como as etapas do estudo, conforme o "*PRISMA Flow Diagram*" (PAGE *et al*., 2021).

Para otimizar a sistematização dos resultados utilizamos o programa de gerenciador bibliográfico *EndNote*, o qual possibilitou organizar e remover 32 textos duplicados. Para a seleção e triagem dos 97 textos resultantes, realizou-se a leitura dos títulos e resumos pautando-se nos termos chaves do estudo "Escola Cívico-Militar", "Escola Militarizada", "PECIM" e "Militarização de Escola Pública", efetivando-se a exclusão de 33 textos que não estabelecem menção clara ao tema. Este processo resultou na seleção de 64 artigos, cujos textos completos foram todos localizados em suas respectivas fontes de

dados. Em seguida, procedeu-se à leitura completa e análise inicial dos 64 artigos, o que culminou com a exclusão de 8 textos adicionais, por não estarem em conformidade com o tema da pesquisa. Assim, foram selecionados para compor a RSL 56 artigos, que correspondem ao escopo do estudo.

Figura 1 - Mapeamento Prisma da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Page *et al*. (2021).

Com a intenção de construir importantes inferências do conteúdo, aplicamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), empreendendo categorias analíticas estabelecido a posteriori, como o modelo expresso por Zucatto *et al*. (2023). Esta abordagem consiste em um conjunto sistemático de procedimentos destinados a examinar minuciosamente várias formas de comunicação, incluindo documentos, que no nosso caso consubstanciam-se nos 56 artigos selecionados. Por meio deste método, conseguimos extrair informações que não são diretamente identificáveis.

Para garantir clareza e eficácia nas análises, estas foram organizadas em três etapas distintas: A) Pré-análise, uma fase intimamente ligada à revisão do material selecionado. B) Tratamento dos resultados, etapa que teve como objetivo reunir as ideias principais presentes nos trabalhos. C) Inferência e interpretação, estágio que englobou múltiplas análises do mesmo material (BARDIN, 2011).

Durante as análises, os elementos-chave nos documentos revisados foram isolados, um processo que Bardin (2011) descreve como "inventário". Adicionalmente, as informações foram submetidas a etapas de estruturação, o que Bardin (2011) denomina como "classificação". Após esta ação, estabelecemos categorias de interpretação, nas quais os artigos foram organizados com base na

semelhança de suas ideias apresentadas. Portanto, foram estabelecidas as seguintes categorias de interpretação: 1 - A escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição; 2 - Danos na promoção da autonomia do aluno; 3 - Militarização como mecanismo de controle social; 4 - Gestão democrática sob ameaça; 5 - Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista; 6 - Ausência da educação militarizada nas pesquisas científicas; 7 - Escola militarizada como solução para a educação nacional; 8 - Escola cívico militar como reprodutora do currículo tradicional.

RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da RSL, detalhando a seleção dos textos (exclusão/inclusão) no decorrer da leitura na íntegra, assim como a análise bibliométrica e temática que se revelaram do corpus da pesquisa.

Após a seleção dos 64 artigos, procedeu-se à leitura na íntegra de cada artigo pré-selecionado, destes 8 textos foram excluídos por não estarem em conformidade com o conjunto de itens propostos no protocolo de inclusão e exclusão.

Assim, passam a compor os estudos incluídos na RSL 56 artigos, identificados no Quadro 2. Por meio de uma ampla leitura desses textos foi possível identificar e tabular informações, tal como as Fontes, Autores, Títulos, Revistas, Ano de publicação, avaliação Qualis, índices de Citações, Metodologia aplicada, *clusters* temáticos e outros que facilitam o entendimento das informações. No que se refere a atribuição das métricas de citações por artigo, consultamos os indicativos do *Google Scholar* em conjunto com a plataforma *Dimensions Analytics,* considerando o maior índice de citação entre as duas fontes como parâmetro do impacto e relevância de cada publicação.

Por meio de uma ampla leitura dos 56 artigos foi possível realizar a análise dos textos e construir importantes inferências do conteúdo. Asim, embora a fundação pioneira em Goiás remonte a 1999, os estudos sobre as escolas militarizadas são bastante recentes, conforme detalhado no gráfico 1. De fato, 22 (39%) dos 56 artigos foram publicados apenas em 2023, com 9 (16%) trabalhos em 2022, 8 (14%) artigos em 2021, 5 (9%) artigos em 2020, 9 (16%) artigos em 2019, 2 (4%) artigos em 2018, e, por fim, apenas 1 (2%) artigo em 2024.

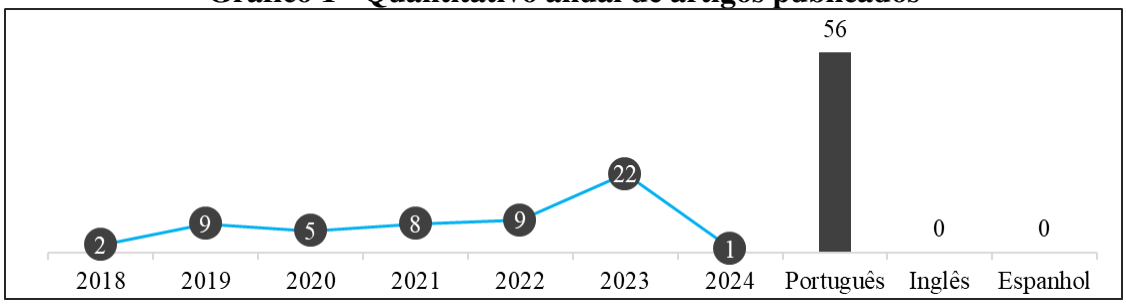
Quadro 2 - Artigos incluídos na RSL

#	Autoria	Título	Ano	Citações.	Categoria
1	Mendonça, E. F.	Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça	2019	28	4
2	Mendonça, E. F.	Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo?	2019	23	1
3	Pinheiro, D. C.; Pereira, R. D.; Sabino, G. F. T.	Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação	2019	21	5
4	Guimarães, P. C. P.; Lamos, R. A. C.	Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora	2018	21	5
5	Ximenes, S. B.; Stuchi, C. G.; Moreira, M. A. M.	A militarização das escolas públicas sob as abordagens de três direitos: constitucional, educacional e administrativo	2019	19	1
6	Martins, A. A.	Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática	2019	18	4
7	Soares, M. G. F. *et al*.	Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí	2019	12	1
8	Rêses, E. S.; Paulo, W. G.	A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás	2019	12	3
9	Santos, E. J. F.; Alves, M. F.	Militarização da educação pública no brasil em 2019: análise do cenário nacional	2022	12	3
10	Santos, C. A.	Sentido, descansar, em forma: escola-quartel e a formação para a barbárie	2021	10	2
11	Santos, G. S.	O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação	2020	8	4
12	Lima, C. B.; Barboza Netto, N.; Souza, J. M. P.	Gestão democrática e militarização do ensino: reflexões a partir de um estudo de caso	2019	5	4
13	Alves, M. F.; Reis, L. C. R.	Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção Freireana de gestão democrática da educação	2021	4	4
14	Grizotes, B. M. C.; Frick, L. T.	Escolas cívico-militares e o desenvolvimento da moralidade	2021	4	2
15	Dias, Z. R.; Ribeiro, A. C.	Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira	2021	4	2
16	Cunha, V. P.; Lopes, A. C.	Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática	2022	4	4
17	Garrido, R. G.; Filpo, K. P. L.	Pelotão, alto! Militarização como resposta aos casos de violência escolar no Brasil	2018	3	4
18	Quiroga, F. L. *et al.*	Militarização da escola pública em Goiás: dilemas da educação física escolar em tempos de autoritarismo	2021	2	2
19	Santos, C. A.; Alves, M. F.	Militarizar e encarcerar a Educação Básica para um projeto de nação	2023	2	3
20	Oliveira, M.; Cacau, C. L.; Melo, F. M.	Políticas públicas educacionais: o projeto político pedagógico e a violência sexual contra a criança e o/a adolescente em uma escola militarizada de Manaus/AM	2021	2	8
21	Souza, C. G. D.; Aguirre, L. E. M.	Direito fundamental à educação e a militarização das escolas públicas no Paraná.	2021	2	1
22	Strieder, R.; Silva, A. V. L.	Escolas Cívico-Militares: constituição/rendição de subjetividades em prol de obediência e servidão	2022	2	3
23	Viaro, R. V.	Militarização escolar, disciplina e subjetividades: reflexões a partir de Foucault	2022	2	3
24	Bartolozzi, E.; Ellen, S.	Atual política neoliberal de militarização da escola pública no Brasil	2020	1	3
25	Alves, M. F.; Santos, C. A.; Bordin, M.	Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro	2023	1	3
26	Estormovski, R. C.	O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo)conservadorismo na educação pública brasileira	2021	1	3
27	Veiga, C. C. P. S.; Souza, J. S.	Pedagogia militar: do conceito a sua aplicação	2019	1	5
28	Carvalho, A. A. P.; Zientarski, C.; Rech, H. L.	Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no estado brasileiro	2022	1	5
29	Rosa, K. R. *et al.*	Índices de desempenho: comparação das escolas militarizadas com as tradicionais de Guarantã do Norte/MT	2020	1	7
30	Saraiva, A. P.	Militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras: contradições e resistências	2023	1	1
31	Saraiva, A. M.; Silva, A. J.	Militarização escolar em Minas Gerais: tensões e retrocessos na relação entre educação e juventudes	2023	1	3
32	Machado, M. I.; Bueno, J. R. S.	O tempo inteiro sob esse ar de punição: entre a docilização e a cultura de si em uma escola militarizada	2023	1	3
33	Silva, J. R.	Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná	2023	1	2
34	Garrido, R G.	Uma crítica arendtiana ao programa nacional das escolas cívico-militares	2020	1	3
35	Camilo, M. *et al.*.	A necropolítica das escolas cívico-militares do Paraná	2023	0	2
36	Lopes, L.; Oliveira, S. S. B.	A questão penal e a gestão da vulnerabilidade social na perspectiva da militarização das escolas	2023	0	3
37	Rocha, R. S. F. S.; Silva, E. F.	Conselho de classe: espaço-tempo de formação docente em escola militarizada	2023	0	4
38	Pimenta, A. M.	Contribuições de Althusser e Foucault para os estudos sobre militarização de escolas públicas no Brasil	2023	0	3
39	Sousa, J. S.; Oliveira, D. L.	Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins	2023	0	4
40	Silva, C. A. R.; Galuch, M. T. B.; Bárbara, R. B. S.	Educação democrática, emancipação humana e formação cívico-militar: uma análise do programa nacional das escolas cívico-militares (PECIM)	2022	0	4
41	Tapajós, M. C.; Silva, J. B.	Escola cívico-militar em Belém/PA: discussão a partir de um estudo de caso	2023	0	4
42	Carvalho, A. A. P.; Zientarski, C.; Bragança, S. Z.	Escolas cívico-militares: expressão da negligência estatal e vetor de privatização da educação pública	2023	0	5
43	Miranda, E. M. C.; Silva, F. T.	Escolas cívico-militarizadas no Brasil: um estado do conhecimento no Brasil	2023	0	6
44	Oliose, I. C.; Oliveira, E. C.	Militarização das escolas públicas no Espírito Santo	2023	0	2
45	Goulart, J. M. O.; Amaral, D. P.	Militarização de escolas e a gestão democrática: os sentidos da desdemocratização do ensino público	2023	0	4
46	Cruz, A. C. P. S.; Cortina, A.	O Ateneu, de Raul Pompéia, e o programa das escolas cívico-militares do governo Bolsonaro: espaço-tempo claustrotópico	2022	0	3
47	Santos, T. S. S.; Andrade, A. C.	O cenário da gestão escolar compartilhada/cívico-militar como política de expansão da militarização de escolas públicas no Brasil	2022	0	4
48	Santos, R. C.; Sial Neto, A. A.; Nascimento, G. J. S.	O conflito entre a construção da dimensão ética e a especificidade do ensino cívico militar	2023	0	2
49	Mascarenhas, A. D. N.	Por uma pedagogia decolonial contra a docilização de corpos, invasão cultural e desproblematização da educação no projeto da escola cívico-militar	2020	0	2
50	Serralheiro, C. A.	Projetos da Escola cívico-militares: um paliativo para possível melhora na educação Brasileira: um paliativo para possível melhora na educação Brasileira	2023	0	7
51	Ferraro, J. L.; Amaral, A. J.	Si vis pacem para bellum? A militarização da educação no Brasil: uma análise dos discursos de três jornais brasileiros	2023	0	3
52	TomasiniI, A. J.; PereiraI, F. M.; HolandaI, M. A. F.	Uma Análise Bioética das Escolas Cívico-Militares no Distrito Federal	2023	0	3
53	Santos, H. B.; Oliveira, F. N.	A militarização das escolas públicas no Brasil e as discussões sobre a educação em valores e o clima escolar: um balanço de produção	2024	0	2
54	Daud, R. P. *et al.*	Os valores morais para as Escolas Cívico-Militares: a heteronomia como projeto educativo	2023	0	2
55	Silva, F. L. G. R.; Martins, F. S.; Santos, I. P.	Programa nacional das escolas cívico-militares	2022	0	2
56	Sena, H. C. O.; Klaus, V.	Vulnerabilidade social e performatividade: motivações da escolha das escolas militarizadas no Maranhão	2023	0	5

Fonte: Elaboração própria.

Referindo-se aos idiomas dos trabalhos, a língua portuguesa predominou em todos os 56 artigos (100%), o que evidencia uma temática nacionalizada pelo alcance das pesquisas na área das escolas militarizadas, sem a presença de estudos nos outros idiomas considerados, espanhol e inglês. O gráfico 1 mostra tanto a representação anual de artigos publicados quanto o idioma de publicação.

Gráfico 1 - Quantitativo anual de artigos publicados



Fonte: Elaboração própria.

O estudo também analisou a abordagem metodológica empregada nos trabalhos selecionados. Dos trabalhos analisados, 53 (95%) são estudos qualitativos, enquanto 3 (5%) são qualiquantitativos. No que tange aos métodos de pesquisa, observam-se em muitos artigos múltiplas estratégias metodológicas. Por exemplo, o estudo de Rêses e Paulo (2019) utiliza a revisão da literatura, a análise documental, e a coleta de dados empíricos. No cômputo geral dos artigos, encontramos a seguinte distribuição metodológica: 39 (67%) trabalhos utilizaram análise documental, seguidos por revisão da literatura em 17 (30%) trabalhos e revisão sistemática da literatura em 2 artigos (4%).

O *corpus* da pesquisa foi composto por 111 autores. Entre eles, destacam-se seis: Miriam Fábia Alves, Catarina de Almeida Santos, Erasto Fortes Mendonça, Rodrigo Grazinoli Garrido, Anderson dos Anjos Pena de Carvalho e Clarice Zientarski. Esses autores se diferenciam por possuírem um número elevado de publicações e citações em estudos sobre escolas militarizadas/cívico-militares nos últimos sete anos em revistas Qualis-Capes "A", conforme ilustrado no gráfico 2. Nota-se uma colaboração científica significativa entre as autoras Miriam F. Alves e Catarina de A. Santos, assim como entre o autor Anderson dos A. P. de Carvalho e a autora Clarice Zientarski. Essas colaborações favorecem a construção de conhecimento sobre o tema.

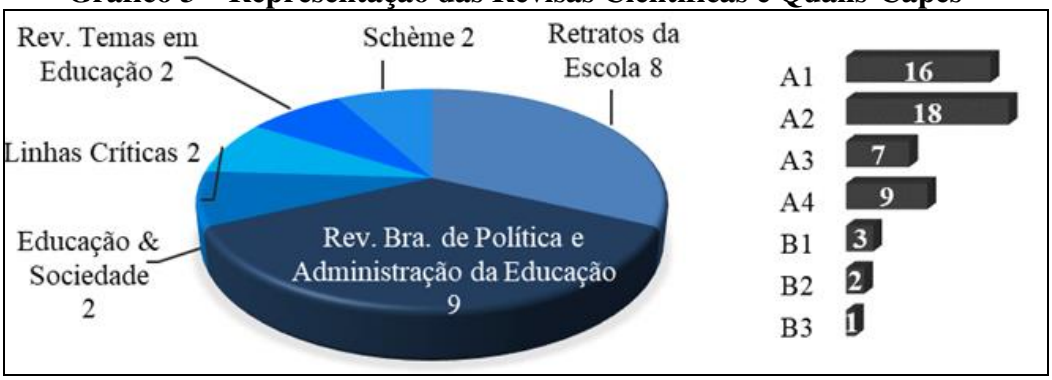
Gráfico 2 – Autores com mais publicações e citações



Fonte: Elaboração própria.

Considerando os periódicos que retratam o escopo do estudo, 37 Revisas Científicas representação o tema, destes 2 periódicos científicos "Rev. Brasileira de Política e Administração da Educação" e "Retratos da Escola" se evidenciam ao promover o progresso dos estudo sobre escolas militarizadas/cívico-militares. Quanto a classificação do Quali-Capes, 89% das Revisas Científicas correspondem à categoria "A" que contempla periódicos de excelência nacional e internacional (gráfico 3).

Gráfico 3 – Representação das Revisas Científicas e Qualis-Capes



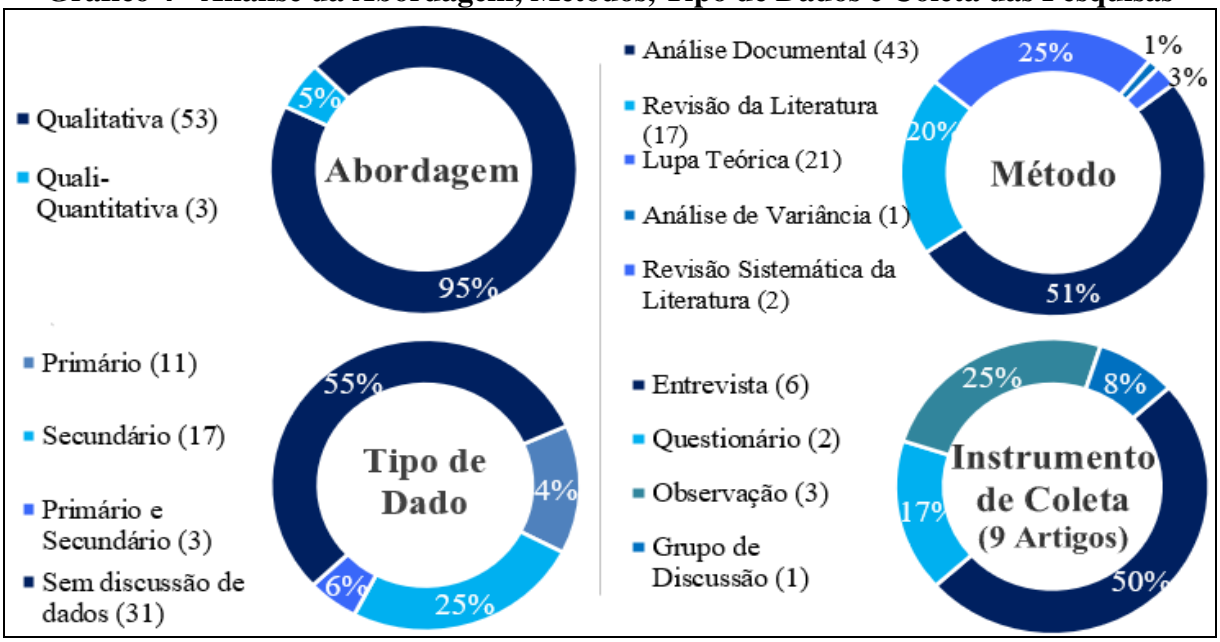
Fonte: Elaboração própria.

A respeito do uso de instrumentos de coleta de dados empíricos, verificam-se 9 artigos (16%) com dados empíricos coletados, sendo que a entrevista foi utilizada em 7 artigos (12%), seguido de observação com 4 (7%), questionário 2 (4%) e grupo de discussão 1 (2%). Os dados mencionados nos artigos foram classificados como primários quando foram coletados para a pesquisa e secundários quando não foram coletados para a pesquisa, mas sim extraídos de dados públicos ou de outras referências bibliográficas. Nessa perspectiva, 14 (25%) dos textos utilizaram exclusivamente dados

secundários, enquanto 8 (14%) artigos usaram exclusivamente dados primários. Por fim, 3 (5%) artigos utilizaram tanto dados primários quanto secundários.

Os resultados mencionados encontram-se consolidados no gráfico 4 e o detalhamento completo dos dados e informações dos artigos que compuseram a RSL estão disponíveis em Planilha do *software Microsoft Excel®,* com acesso livre no Repositório de Dados de Pesquisa "*Mendeley Data",* através do DOI: 10.17632/phk6dg6xb6.1.

Gráfico 4 - Análise da Abordagem, Métodos, Tipo de Dados e Coleta das Pesquisas



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à fundamentação teórica, verificam-se que 21 (38%) dos artigos fazem uso de alguma lupa teórica, dentre os quais são prevalentes as lentes de Michel Foucault (7 artigos, 33%) e Paulo Freire (4 artigos, 19%). Vários autores (Anísio Teixeira; Michael Apple; Theodor W. Adorno) aparecem, cada um deles, em dois (10%) artigos e os demais autores configuraram como lupa teórica de apenas um (5%) artigo cada.

Na etapa seguinte, de inferência e interpretação, foram estabelecidas categorias à posteriori, emergentes da pesquisa, a partir do aprofundamento e apropriação dos textos selecionados. Por aproximação sucessiva e com a criação de categorias excludentes foi possível classificar cada um dos textos em uma única das 8 (oito) categorias de interpretação. Cada categoria encontra-se nomeada, discriminada, exemplificada e consolidada no Quadro 3.

Quadro 3 - Categorias de interpretação

Categoria	Descrição e Exemplificação	Artigos
1 - A escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição.	Para a formação desta categoria, consideramos estudos que abordam a militarização de escolas de educação básica em alinhamento com as diretrizes e normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Isso significa que analisamos como o projeto de militarização de escolas públicas contém elementos dentro da CF que poderiam justificar ou refutar tal prática. Neste contexto, conceitos apresentados por Ximenes, Stuchi e Moreira (2019, p. 627) refletem essa categoria. "[...] a crescente militarização das escolas públicas é, portanto, inconstitucional por diversas perspectivas, além disso, viola os tratados internacionais assinados pelo Brasil. Na perspectiva do direito à educação, viola frontalmente os princípios da 'liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber', do 'pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas' e da gestão democrática do ensino público, na forma da lei (incisos II, III e VI do art. 206, respectivamente)".	5
2 - Danos na promoção da autonomia do aluno.	Esta categoria reuniu pesquisas que interrogaram a qualidade da militarização das escolas, visando uma formação abrangente. Aqui, o ideal educacional está em harmonia com a busca pela autonomia do estudante, significando que a escola se alinha ao desenvolvimento de indivíduos autônomos e críticos. Argumentos apresentados por Santos e Oliveira (2023, p. 1131) ilustram o que esta categoria procurou congregar: "[...] essa política que transforma a educação em algo morto no seu ideal de gerar autonomia no indivíduo é intensificada com a ideia das escolas cívico-militares, em um projeto que relembra vários aspectos do fascismo italiano, em que o foco é a obediência sem senso crítico, baseado em um mecanismo parasita de estímulo-resposta do autoritarismo do medo, superficializando os conhecimentos uma vez que o decorar é mais importante que o compreender".	12
3 - Militarização como mecanismo de controle social.	Nesta categorização, identificamos uma série de argumentos nos artigos que reforçam a lógica da política de militarização como um instrumento para controlar as classes economicamente vulneráveis. A ideia por trás disso é exercer controle por meio de uma educação com objetivos disciplinares, utilizando a vulnerabilidade social como justificativa para seus métodos, conforme podemos observar: "o processo de militarização das escolas goianas envolve uma educação disciplinadora e controladora a serviço da docilidade do comportamento humano, o que exemplifica a teoria do controle social. Grosso modo, essa teoria designa um conjunto heterogêneo de recursos materiais e simbólicos que mantêm a ordem social, ou melhor, que garantem que os indivíduos comportem-se de maneira previsível e de acordo com as normas sociais vigentes em sua sociedade. Dessa forma, o controle social é a regulação do comportamento (e até do pensar) dos indivíduos dentro de uma conduta desejável por aqueles que governam e legislam sobre o grupo social controlado" (RÊSES; PAULO, 2019, p. 713).	16
4 - Gestão democrática sob ameaça	As pesquisas que abordaram aspectos ligados ao compartilhamento da gestão das escolas públicas com os militares, situação que caracteriza a constituição das escolas militarizadas/cívico- militares, foram classificadas nessa categoria. Assim, os trabalhos aprofundaram na discussão de como esse processo de militarização colocam em debate a administração escolar do ponto de vista democrático, haja vista que segundo os artigos pertencentes a esse grupo, ocorre a indicação de um militar para assumir a gestão compartilhada da escola com um diretor civil, sem consulta a comunidade escolar. Fragmentos de Sousa e Oliveira (2023, p. 70) ilustram essas ideias: "[...] esse modelo, baseado em relações unilaterais, hierarquizadas, centralizadoras, autoritárias e que assume o punitivismo, a rigidez e a inflexibilidade como princípios educativos, é antagônico à concepção da gestão democrática e desconsidera a escola como instância de vivências e experiências democráticas".	13
5 - Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista.	Os estudos neste contexto foram orientados para análises que debatem a militarização das escolas públicas a partir de uma perspectiva econômica. Em outras palavras, o interesse subjacente ao movimento de militarização das escolas públicas reside em potenciais oportunidades de mercado, relegando aspectos relacionados à qualidade da educação ao segundo plano. O interesse por essa prática beneficia as empresas que, por meio desse movimento, buscam explorar economicamente a educação pública. Carvalho, Zientarski e Rech (2022, p. 13) refletem essa visão em sua pesquisa: "[...] a militarização facilita a expansão e torna mais fácil todo acesso das empresas para que se rentabilizem através desse processo de dilapidação da escola pública. Em outras palavras, com as escolas cívico-militares estão totalmente transpostas as barreiras para a realização da parceria público-privada, para privatização de processos escolares por meio da negociação de insumos curriculares, cimentando o privado em detrimento do caráter necessariamente público da educação".	6
6 - Ausência da educação militarizada nas pesquisas científicas.	Em relação a essa categorização, o estudo procurou, através da revisão da literatura, explorar teses e dissertações para compreender o estado atual do conhecimento sobre o assunto. A partir dessas análises, o estudo destaca a falta de pesquisas referentes a esse campo específico do conhecimento, conforme indicado por Miranda e Silva (2023, p. 21): "[...] constatou-se que as escolas cívico-militares constituem amplo campo de investigação, o número total de pesquisas realizadas evidência que até o presente momento poucos pesquisadores se interessaram pelo assunto".	1
7 - Escola militarizada como solução para a educação nacional.	Agrupando as pesquisas nesta categoria, analisamos o progresso do estudo que forneceu justificativas para a introdução da política de militarização na educação básica. O estudo parte do pressuposto de que este modelo pode gerar benefícios positivos para os envolvidos. O segmento do estudo de Rosa *et al*. (2020, p. 538) espelha o que esta categoria procurou entender: "Mesmo não havendo outros trabalhos para se comparar, os dados obtidos neste estudo demonstram que a escola militarizada, quando bem inserida na sociedade, pode, sim, expressar melhorias nos índices de desempenho escolar, principalmente quando se trata de escolas que anteriormente possuíam baixos índices. Isso faz com que o nível educacional de uma cidade como, neste caso, Guarantã do Norte, venha aumentar, com o desenrolar do 'Projeto Escola Segura".	2
8 - Escola cívico militar como reprodutora do currículo tradicional	O trabalho se insere nesta categoria por analisar a maneira como a questão do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes é tratada no currículo de uma escola militarizada em Manaus-AM. De acordo com os pesquisadores, essa questão não é abordada no currículo da escola, mantendo uma aproximação com currículos tradicionais e inflexíveis. "Consideramos que, embora os documentos legais citados durante o artigo apontem que se faz necessária a implementação de ações voltadas à prevenção e/ou combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, não se constatou no PPP da escola pesquisada (mesmo sendo apresentada socialmente como um 'modelo' a ser seguido), nenhuma ação voltada, especificamente, a este tema" (OLIVEIRA; CACAU; MELO, 2021, p. 163).	1

Fonte: Elaboração própria.

DISCUSSÃO

Nesta seção de discussão, serão retomados, em sequência, todos os resultados apresentados na seção anterior.

No que diz respeito aos artigos excluídos após leitura completa, considera-se importante frisar as motivações que levaram a essa decisão. Os 8 estudos descartados durante a leitura completa dos 64 artigos passar a ser tratados:

> 1. A Autoridade do Professor na Sociedade Escolarizada (TUNES; PRESTES, 2020). O artigo não aborda o tema central desta pesquisa, as escolas militarizadas, ainda que trate de tópicos ligados à autoridade, escola, educação, entre outros.
>
> 2. A concepção cívico-militar de educação integral e(m) tempo integral (SILVA, 2023). O artigo aborda majoritariamente aspectos relacionados à educação integral.
>
> 3. Autoridade, Obediência e Disciplina na Educação: Reflexões sobre o Discurso do Movimento Escola Sem Partido e dos Apoiadores da Militarização Escolar (PICOLI; CARAGNATO; GUIMARÃES, 2021). Embora o artigo apresente a temática central desta pesquisa, o faz de maneira superficial, atribuindo relevância e correlacionando escolas militarizadas com outras propostas. Esta situação, na interpretação deste estudo, amplifica o debate, desviando o foco das escolas militarizadas.
>
> 4. Escola cívico-militar: sinônimo de disciplina e interesse? (ROSA; CARRAIS, 2022). O conteúdo do texto concentra-se especificamente na temática da disciplina, apenas abordando de maneira superficial o tema da militarização das escolas públicas.
>
> 5. Ordem, Limpeza e Germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares (ROSEIRO; GONÇALVES; RODRIGUES, 2020, p. 13). Justifica-se a exclusão desse trabalho, a partir do excerto "[...] o texto aqui apresentado é uma fabulação. Escrevemos criando personagens, criando vida onde as formas de controle se fazem demasiado altas". Assim, [...] esse texto não é um artigo científico em seu sentido padrão, não se trata de um resultado de pesquisa, mas, antes, trata-se de uma fabulação sobre a escola (p. 2).
>
> 6. Tornar-se estudante militar: compreensões do corpo diretivo e administrativo da Escola Tiradentes/RS (SEVERO, 2023). O estudo concentra-se exclusivamente em uma pesquisa realizada em um colégio militar, sendo que são as escolas civis cívico-militares o nosso foco.
>
> 7. Escolas militarizadas: a educação na linha de fogo (SILVEIRA, 2015). Trata-se de uma resenha de texto que não consta como material de análise deste estudo.
>
> 8. When Schools Become Dead Zones of the Imagination: a critical pedagogy manifesto (GIROUX, 2014). O artigo retrata o sistema escolar norte americano.

Em relação ao gráfico 1, Quantitativo Anual de Artigos Publicados, considerando-se o período de 25 anos, entre 1999 e 2024, nota-se a contemporaneidade do tema, sobretudo a partir da implantação do PECIM em 2019, ainda que se evidencie a escassez de estudos na temática.

Referindo-se ao gráfico 2, é notável que os seis autores que mais se destacaram em número de publicações e citações sobre escolas militarizadas/cívico-militares demonstram um vasto domínio de conhecimento, fortalecendo e solidificando os fundamentos teóricos nesta temática. Ao considerarmos as revistas, é evidente a predominância de dois periódicos científicos: "Revista Brasileira de Política e

Administração da Educação" e "Retratos da Escola". No entanto, é essencial ressaltar que, mesmo nas revistas com apenas uma ou duas publicações, a classificação Qualis-Capes "A" (89%) se mantém em alto nível. Isso comprova a qualidade dos estudos, mesmo que sejam escassos e publicados em diferentes periódicos.

No que tange ao gráfico 3, Análise da Abordagem, Métodos, Tipo de Dados e Coleta das Pesquisas, a abordagem qualitativa foi a mais empregada, o que se alinha com as pesquisas nas ciências humanas e sociais, afeitas à abordagem qualitativa, o que também explica a escolha observada dos instrumentos de coleta de dados. Estes métodos se referem às maneiras de interpretar e se posicionar na realidade que está sendo investigada, de modo a compreendê-la como fenômeno social, porque os pesquisadores estão preocupados com os processos das pesquisas e, não somente com o resultado.

No contexto da Fundamentação Teórica, observou-se quais as bases de conhecimento foram utilizadas para discutir, defender posicionamentos e apresentar teorias que articularam as ideias defendidas nos artigos encontrados. Nesse sentido, sob a denominação de Lupa Teórica, foram elencados os principais autores presentes nos textos. Destacam-se autores como Michael Foucault que abordam questões pertinentes à disciplina, pois, existem apontamentos que questionam os processos educativos das escolas militarizadas baseados nos sistemas disciplinares. Além disso, em textos que percebem os processos pedagógicos tradicionais de ensino como um entrave para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, autores como Paulo Freire, recebem atenção especial nos estudos que vinculam o tipo de formação empregada nas escolas militarizadas aos modelos tradicionais de ensino. Esta visão se ratifica na centralidade na disciplina e no desempenho acadêmico dos programas de militarização nas escolas públicas.

Para a discussão do quadro 3 - Categorias de interpretação apresentam-se, a seguir, detalhes e interlocuções entre o material delimitado pela RSL que pretendem agregar valor e iluminar a discussão sobre as categorias de interpretação.

Categoria 1 (5 artigos) - *A escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição*. É particularmente notável encontrar vários artigos neste cluster temático, pois representa um obstáculo para o funcionamento desse modelo de escola nos estados e municípios. Sousa e Aguirre (2021) examinam o projeto que originou a Lei nº 20.338/2020 (PARANÁ, 2020), que estabelece escolas cívico-militares no estado do Paraná. Na gestão compartilhada das escolas, observa-se a seguinte divisão de atribuições: A) Funcionários civis são designados como diretor geral e diretor auxiliar, responsáveis por ações voltadas aos professores, atos administrativos e questões pedagógicas. B) Funcionários militares assumem a função de diretor cívico-militar, sendo responsáveis por aspectos relacionados à infraestrutura, segurança, disciplina e atividades cívico-militares. Em contraposição, a Lei Estadual nº

18.590/2015 (PARANÁ, 2015) estabelece que os cargos de diretores são escolhidos pela comunidade escolar, situação que não ocorre na implementação das escolas militarizadas no Paraná. Na mesma toada, Soares *et al.* (2019) afirmam que no estado do Piauí a militarização das escolas públicas também é uma realidade, e que:

> A inserção da perspectiva militar no ambiente escolar fere princípios constitucionais como o direito à educação, a gestão democrática e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, situação que vem ocorrendo no Estado do Piauí mediante a entrega da gestão de escola estadual de Ensino Médio para a corporação militar (SOARES *et al*., 2019, p. 789).

Podemos concluir que o tema investigado pelas pesquisas na categoria 1 é sensível, pois, se de um lado as entidades que estabeleceram a política de militarização possuíam argumentos legais não abordados na pesquisa, de outro lado, foram apontadas contrariedades à Constituição Federal. Portanto, parece-nos crucial preencher essa lacuna de pesquisa focalizando os aspectos jurídicos e legais desse modelo educacional.

Categoria 2 (12 artigos) - *Danos na promoção da autonomia do aluno*. Os estudos questionam os rígidos sistemas de hierarquia presentes nas escolas militarizadas, os quais contribuem para formar um indivíduo moldado pelos padrões da educação tradicional, o que, de modo geral, vincula-se à ideia de memorização e reprodução de elementos de aprendizado.

Segundo Grizotes e Frick (2021), as escolas militarizadas adotam um conjunto rigoroso de regras, apoiado por punições e um intenso controle disciplinar e hierárquico. Corroborando com isso, Dias e Ribeiro (2021, p. 414) afirmam que "[...] a padronização de comportamentos, inibição aos questionamentos, desvalorização de aspectos da identidade individual das pessoas, estímulo ao cidadão passivo, são marcas desse modelo educacional". Com isso, o que se observa é que esse modelo impõe o autoritarismo em virtude da autoridade, causando efeitos que minimizam a potencialidade dos estudantes em exercerem suas liberdades, o que remete a autonomia, logo, retira dos discentes qualquer forma de autonomia (QUIROGA *et al*., 2021).

Esta situação impacta a didática e as relações estabelecidas no ambiente escolar, ainda que as escolas públicas civis, mesmo sob gestão compartilhada com militares, sigam as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Nessa perspectiva, a formação de indivíduos acríticos pode parecer não estar alicerçada no conteúdo em si, mas na maneira como é veiculado, após a adoção da militarização. É, portanto, essencial reconhecer os professores, devido à sua formação específica, como os únicos profissionais qualificados para intervir no campo educacional. Assim, é crucial compreender no contexto educacional militarizado, a formação dos militares e a sua relação com as funções educacionais.

Categoria 3 (16 artigos) - *Militarização como mecanismo de controle social*. Os textos apresentam argumentos sugerindo que esta política educacional privilegia o controle social dos mais vulneráveis. Este conceito é apoiado pelo raciocínio de Lopes e Oliveira (2023):

> O recrutamento de militares na organização da escola não habilita apenas sua incumbência de garantir um policiamento ostensivo ou a presença policial em áreas de violência deflagrada. O papel exercido na comunidade escolar vai regular o comportamento, a cultura, as relações sociais na organização dos trabalhadores, estudantes e famílias mediadas pelo medo da repressão policial característico em áreas de vulnerabilidade social (LOPES; OLIVEIRA, 2023, p.14858).

Além disso, os autores apontam que os métodos da política de militarização aumentam os procedimentos disciplinares e os mecanismos de punição. A inclusão de militares no sistema educacional civil, ao adotar práticas dos quartéis, representa um conjunto de elementos que podem ser classificados como repressivos. Com base nessas observações, a categoria 3 destaca a atuação dos agentes militares não somente no contexto educacional. Paralelamente à categoria anterior (2), a intervenção não se limita apenas aos processos de ensino e aprendizagem.

Categoria 4 (13 artigos) - *Gestão democrática sob ameaça*. A análise das pesquisas publicadas sugere que, quando a gestão escolar é compartilhada entre civis e militares, pode haver um desequilíbrio que pode resultar no enfraquecimento de processos democráticos, que são fundamentais na área da educação. Tapajós e Silva (2023) reforçam essa ideia, indicando que o projeto de militarização se apresenta como reacionário, contrapondo-se às conquistas sociais do período de redemocratização. Os autores observam que uma escola de Belém, no Pará, passou pelo processo de militarização, sem cumprir alguns critérios estabelecidos pelo PECIM. A escola não apresentava baixo rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um dos requisitos para integrar o Programa e a comunidade escolar não foi consultada, como exige o processo de consulta pública. Entende-se como necessário mapear outras escolas militarizadas em relação à sua implementação, para verificar se existem infrações similares.

Categoria 5 (6 artigos) - *Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista*. Os artigos apontam os caminhos complexos que esse modelo de educação percorre. Carvalho, Zientarski e Rech (2022) inferem que:

> A camufladora "lona" interdita qualquer perspectiva desenvolvimentista de projeto de nação das novas gerações. Todavia, a perspectiva intervencionista extrapola os limites no que diz respeito ao favorecimento das elites e se consolida como um grande negócio para aumentar os lucros das corporações. Nesse caso, o objetivo é usar a força da militarização para destruir resistências, facilitar o processo em curso de privatização de processos escolares por meio da venda de

> insumos curriculares e legitimar o mercado que torna o conhecimento um produto acessível e de melhor qualidade para aqueles que possam por ele pagar (CARVALHO; ZIENTARSKI; RECH,2022, p. 10-11).

Guimarães e Lamos (2018) argumentam que, quando a gestão do espaço público - exemplificado aqui pela escola - passa a ser conduzida pela política de militarização, esta tende a favorecer primariamente os interesses de classes econômicas específicas. Isso resulta na divisão do processo educacional em duas trajetórias distintas: uma voltada para a formação das elites e outra destinada aos filhos dos trabalhadores.

Categoria 6 (1 artigo) - *Ausência da educação militarizada nas pesquisas científicas*. O único trabalho objetivou "[...] apresentar um estado do conhecimento acerca das pesquisas realizadas no Brasil sobre as escolas cívico-militares (MIRANDA; SILVA, 2023, p. 3). Os autores concluíram que é preciso diferenciar escolas militares de escolas cívico-militares, e que a temática ainda é pouco explorada nos meios acadêmicos. Esta evidência realça a relevância da pesquisa atual, que se apresenta como uma contribuição para o campo de conhecimento sobre a militarização da educação básica.

Categoria 7 (2 artigos) - *Escola militarizada como solução para a educação nacional*. Os artigos que defendem a tese da relevância desse modelo para a educação básica, destacando os potenciais benefícios que tais escolas podem proporcionar. Conforme Serralheiro (2023), é um desafio assegurar a eficácia dessa iniciativa, no entanto, a militarização das escolas pode ter um impacto positivo se for implementada de maneira responsável e fundamentada em pesquisas. Nesse contexto, o modelo tem potencial para melhorar o desempenho dos alunos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), diminuir a evasão escolar, atenuar questões de violência nas escolas e proporcionar condições de trabalho mais agradáveis para os professores.

No âmbito desse contexto, percebe-se como necessário aprofundar o estudo das escolas militarizadas, analisando os possíveis efeitos dessa política, sobretudo no rendimento escolar. Sugere-se ultrapassar o discurso dos potenciais benefícios propagados pelos seus defensores, mergulhar nos dados públicos e identificar se, de fato, houve efetiva melhoria no rendimento acadêmico, resultante dessa política.

Categoria 8 (1 artigo) - *Escola cívico militar como reprodutora do currículo tradicional*. O único artigo objetivou verificar a contemplação [ou não] de direcionamentos para ações voltadas ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Com isso, foi observado que não há menção no Projeto Político Pedagógico sobre o tema (OLIVEIRA; CACAU; MELO, 2021).

CONCLUSÃO

Reitera-se que o presente estudo seguiu um percurso científico marcado pela apresentação de trabalhos em formato de artigos publicados nos últimos 25 anos em revistas cientificas, baseando-se em bancos de dados selecionados e palavras-chave utilizadas, consolidando, assim, uma temática que tem sido pouco explorada.

A pesquisa focalizou os artigos relacionados às escolas militarizadas/cívico-militares, analisando as bases de dados do Portal de Periódicos Capes, *ERIC*, *Scopus* e *Web of Science*, publicados desde 1999, com o surgimento da primeira escola militarizada, no estado de Goiás. A análise revelou poucos trabalhos (56 artigos) sobre esse tópico, reforçando assim a relevância deste estudo. É mister ainda considerar que estudos com outras abrangências (em outras bases, com diferentes palavras-chave) possam traduzir informações complementares sobre a política de militarização da educação básica.

Em relação à questão fundante deste estudo - o que a literatura está produzindo sobre este tema? – destacam-se apenas dois artigos (ROSA *et al*., 2020; SERRALHEIRO, 2023) com perspectivas positivas em relação ao programa. Os autores indicam como o programa pode influenciar positivamente o desempenho acadêmico, aprimorar o ambiente escolar, reduzir a evasão escolar, amenizar incidentes de violência nas escolas, entre outros benefícios. Além disso, um único artigo apenas reforça a tese sobre a falta de estudos na área da educação militarizada, sem apresentar aspectos positivos ou negativos sobre essa política.

No entanto, os demais 53 artigos oferecem diversas críticas ao modelo em questão, abordando aspectos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. Os textos discutem potenciais prejuízos para a formação dos alunos, especialmente no que diz respeito à autonomia discente. As críticas vão além do contexto escolar, questionando como a implementação de escolas militarizadas pode contribuir para o controle social. Além disso, há debates sobre a legalidade da política, bem como sobre o aspecto administrativo e como a gestão compartilhada com os militares pode ser prejudicial às decisões democráticas que costumavam ocorrer nas escolas públicas civis. As críticas também se concentram fortemente nos aspectos econômicos, indicando que a militarização pode permitir a exploração da educação básica por grupos econômicos.

Como lacunas de pesquisa, a presente Revisão Sistemática da Literatura abre várias possibilidades, entre as quais destacamos: 1) a pertinência de evocar dados públicos que revelem (ou não) a melhoria do rendimento acadêmico, objetivando ultrapassar o discurso dos potenciais benefícios propagados pelos defensores da política de militarização; 2) o aprofundamento jurídico sobre a

legalidade da política de militarização da educação básica no âmbito das escolas públicas, em conformidade (ou não) com a Constituição Federal.

Espera-se, por fim, que a presente Revisão Sistemática da Literatura contribua para o entendimento da temática da política de militarização da educação básica. Ratifica-se a relevância da continuidade da pesquisa sobre o tema, pois a militarização das escolas públicas não se encerrou com a revogação do Decreto nº 10.004 (BRASIL, 2019) pelo Decreto nº 11.611 (BRASIL, 2023) e continua sendo implementada por acordos de âmbito estadual.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10/03/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativo do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/03/2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.004, de 05 de setembro de 2019**. Brasília: Planalto, 2019. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/03/2024.

BRASIL. **Decreto n. 11.611, de 19 de julho de 2023**. Brasília: Planalto, 2023. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/03/2024.

CARVALHO, A. A. P.; ZIENTARSKI, C.; RECH, H. L. "Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro". **Educação**, vol. 45, n. 1, 2022.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. "Como escrever um artigo de revisão sistemática". *In*: KOLLER, S. H. K. *et al*. (orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

DIAS, Z. R.; RIBEIRO, A. C. "Escolas cívicos militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira". **Revista Teias**, vol. 22, 2021.

FELIZARDO, K. R. *et al*. **Revisão sistemática da literatura em engenharia de software**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2017.

GIROUX, H. A. "When Schools Become Dead Zones of the Imagination: a critical pedagogy manifesto". **Policy Futures in Education**, vol. 12, n. 4, 2014.

GRIZOTES, B. M. C.; FRICK, L. T. "Escolas cívico-militares e o desenvolvimento da moralidade". **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, vol. 13, n. 2, 2021.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOS, R. A. C. "Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora". **Revista Pedagógica**, vol. 20, n. 43,2018.

LOPES, L.; OLIVEIRA, S. S. B. "A questão penal e a gestão da vulnerabilidade social na perspectiva da militarização das escolas". **Revista GeSec**, vol. 14, n. 9, 2023.

MARTINS, A. A. “Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 35, n. 3, 2019.

MARTINS, L. P. M. “A educação militar no debate sobre o fracasso escolar”. **Revista Dissertar**, vol. 1, n. 30, 2018.

MENDONÇA, E. F. “Dossiê: Militarização das escolas públicas no Brasil”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 35, n. 3, 2019a.

MENDONÇA, E. F. “Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo?” **Revista Retratos da Escola**, vol. 13, n. 27, 2019b.

MIRANDA, E. M. C.; SILVA, F. T. “Escolas cívico-militarizadas no Brasil: um estado do conhecimento no Brasil”. **Revista do Centro de Educação**, vol. 48, 2023.

OLIVEIRA, M.; CACAU, C. L.; MELO, F. M. “Políticas públicas educacionais: o projeto político pedagógico e a violência sexual contra a criança e o/a adolescente em uma escola militarizada de Manaus/AM”. **Debates em Educação**, vol.13, n. 32, 2021.

PAGE, M. J. *et al*. “The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews”. **The BMJ**, n. 71, 2021.

PARANÁ. **Lei n. 18.590, de 13 de outubro de 2015**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: <www.legislacao.pr.gov.br>. Acesso em: 13/04/2024.

PARANÁ. **Lei n. 20.338, de 06 de outubro de 2020**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2020. Disponível em: <www.legislacao.pr.gov.br>. Acesso em: 13/04/2024.

PICOLI, B. A.; CARAGNATO, M.; GUIMARÃES, R. “Autoridade, obediência e disciplina na educação: reflexões sobre o discurso do Movimento Escola Sem Partido e dos apoiadores da militarização escolar”. **Educação**, vol. 44, n. 3, 2021.

PINHEIRO, D. C.; PEREIRA, R. D.; SABINO, G. F. T. “Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 35, n. 3, 2019.

QUIROGA, F. L. *et. al*. “Militarização da Escola Pública em Goiás: dilemas da Educação Física Escolar em tempos de autoritarismo”. **Conexões**, vol. 19, 2021.

RABELO, A.; NUNES, A.; SILVA JÚNIOR, L.H. “Governança e arranjos institucionais no programa minha casa, minha vida: uma revisão sistemática da literatura”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 18, n. 52, 2024.

RÊSES, E. S.; PAULO, W. G. “Posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 35, n. 3, 2019.

ROSA, K. R. *et al*. “Índices de desempenho: comparação das escolas militarizadas com as tradicionais de Guarantã do Norte/MT”. **Revista Prática Docente**, vol. 5, n. 1, 2020.

ROSA, M. A. L. P.; CARRAIS, R. S. “Escola cívico-militar: sinônimo de disciplina e interesse?” **Cadernos Zigmunt Bauman**, vol. 12, n. 29, 2022.

ROSEIRO, S. Z.; GONÇALVES, N. T. L. P.; RODRIGUES, A. “Ordem, Limpeza e Germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares”. **Educação e Realidade**, vol. 45, n. 3, 2020.

SANTOS, C. A. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie”. **Educação e Sociedade**, vol. 42, 2021.

SANTOS, E. J. N.; ALVES, M. F. “Militarização da educação pública no brasil em 2019: análise do cenário nacional”. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 52, 2022.

SANTOS, H. B.; OLIVEIRA, F. N. “A militarização das escolas públicas no brasil e as discussões sobre a educação em valores e o clima escolar: um balanço de produção”. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia genética**, vol. 15, n. 2, 2023.

SANTOS, R. J. C. **A militarização da escola pública em Goiás** (Dissertação de Mestrado em Educação). Goiânia: PUC-Goiás, 2016.

SERRALHEIRO, C. A. “Projeto de escolas cívico-militares: um paliativo para possível melhora na educação brasileira”. **Revista Semina**, vol. 23, n. 1, 2023.

SEVERO, R. G. “Tornar-se estudante militar: compreensões do corpo diretivo e administrativo da Escola Tiradentes/RS”. **Revista Retratos da Escola**, vol. 17, n. 37, 2023.

SILVA, B. A. R. “A concepção cívico-militar de educação integral e(m) tempo integral”. **Educação e Sociedade**, vol. 44, 2023.

SILVEIRA, T. G. “Escolas militarizadas: a educação na linha de fogo”. **Em Debate**, vol. 13, 2015.

SOARES, M. G. F. *et al*. “Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 35, n. 3, 2019.

SOUSA, C. G. D.; AGUIRRE, L. E. M. “Direito fundamental à educação e a militarização das escolas públicas no Paraná”. **Teoria e Prática da Educação**, vol. 24, n. 3, 2021.

SOUSA, J. S.; OLIVEIRA, D. L. “Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins”. **Revista Retratos da Escola**, vol. 17, n. 37, 2023.

TAPAJÓS, M. C.; SILVA, J. B. “Escola cívico-militar em Belém/PA: discussão a partir de um estudo de caso”. **Revista Retratos da Escola**, vol. 17, n. 37, 2023.

TUNES, E.; PRESTES, Z. “A autoridade do professor na sociedade escolarizada”. **Fractal**: **Revista de Psicologia**, vol. 32, 2020.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. “A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 35, 2019.

ZUCATTO, L. C. *et al*. “Políticas públicas para a educação básica: uma revisão sistemática de literatura”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 47, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima